



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – DELIBERAÇÃO DA MESA**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 2.2 – Reunião de Comissão
- 3 – ORDEM DO DIA**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 – Comissão
- 5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATA**



DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.640, DE 2016

Dispõe sobre remanejamento de créditos do orçamento da Assembleia Legislativa mediante utilização de recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento e abre créditos orçamentários mediante a utilização de recursos resultantes de superavit de exercício anterior de recursos da contrapartida e de superavit de exercício anterior de recursos transferidos pela União.

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no inciso V do caput do art. 62 da Constituição do Estado e no art. 10 da Lei nº 21.971, de 18 de janeiro de 2016,

DELIBERA:

Art. 1º – Ficam remanejados e abertos os créditos orçamentários às dotações da Assembleia Legislativa na forma constante no Anexo I desta deliberação, no valor total de R\$863.987,44 (oitocentos e sessenta e três mil novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 2º - Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes:

I – da anulação de dotação orçamentária de Recursos Ordinários dos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) na forma constante no Anexo II desta Deliberação;

II – do superavit do exercício anterior de recursos da contrapartida financeira no âmbito do convênio nº 811906/2014 celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, acrescido dos rendimentos financeiros, no valor de R\$183.750,66 (cento e oitenta e três mil setecentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos);



III – do superavit do exercício anterior de recursos transferidos no âmbito do convênio nº 811906/2014 celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, acrescido dos rendimentos financeiros, no valor de R\$580.236,78 (quinhentos e oitenta mil duzentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos).

Art. 3º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 3 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Ribeiro Lopes, presidente

Deputado Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente

Deputado Lafayette de Andrada, 2º-vice-presidente

Deputado Braulio Braz, 3º-vice-presidente

Deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário

Deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Deliberação da Mesa nº 2.640, de 3 de fevereiro de 2016)

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ACRESCIDAS

| CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | VALOR (R\$) |
|--|-------------------|
| 1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-3 | 183.750,66 |
| 1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-24-1 | 580.236,78 |
| 1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-9 | 100.000,00 |
| TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO | 863.987,44 |

ANEXO II

(a que se refere o art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.640, de 3 de fevereiro de 2016)

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANULADAS

| CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | VALOR (R\$) |
|--|-------------------|
| 1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-1 | 100.000,00 |
| TOTAL DA ANULAÇÃO | 100.000,00 |



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 11/2/2016

Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Douglas Melo – Duarte Bechir – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – Marília Campos – Roberto Andrade – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/12/2015

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 12/12/2015: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira (3), secretária de Estado Adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Internacionais, e do Sr. Vítor Valverde, secretário municipal de Governo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.345, 3.347, 3.429, 3.444 e 3.474/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.357, 4.358, 4.360, 4.361, 4.362, 4.363, 4.365, 4.366, 4.368, 4.369, 4.370, 4.372, 4.373, 4.374 e 4.375/2015.

São recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.829/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita sejam realizadas audiências públicas nos 17 territórios de desenvolvimento do Estado para conhecer as demandas educacionais de cada um;

nº 4.830/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita sejam realizadas visitas às superintendências regionais de ensino do Estado;

nº 4.831/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião com convidados, com a presença da Sra. Sílvia Maria Contaldo, coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Forpibid –, para conhecer as perspectivas do referido programa em face da possibilidade de redução das verbas no exercício de 2016;

nº 4.832/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de providências para a instalação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – Conecit;

nº 4.833/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita sejam encaminhados ao ministro da Fazenda, ao ministro da Educação e ao Conselho Superior da Fundação Capes pedidos de providências para que o Programa Institucional de Bolsa de

Iniciação à Docência – Pibid – seja mantido em todas as suas modalidades, sem corte ou contingenciamento de recursos previsto para o programa no Orçamento Geral da União;

nº 4.834/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Jerônimo Arantes, no Município de Uberlândia, pelos 50 anos de sua fundação;

nº 4.835/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Professora Alice Paes, no Município de Uberlândia, pelos 50 anos de sua fundação.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.840/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para implantação e resgate da disciplina de ensino religioso nas escolas públicas do Estado, nos anos iniciais do ensino fundamental, ministrada por professor especializado;

nº 4.841/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para regularização da dívida de R\$2.600.000,00 da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, referente a serviços de terceirização de vigilantes, manutenção e limpeza;

nº 4.842/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências com vistas à atualização do modo de aplicação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – para os deficientes visuais, para que a realizem de forma independente, incluindo-se, entre as opções disponíveis, o recurso digital, método que já vem sendo utilizado por outras bancas organizadoras;

nº 4.843/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a infraestrutura da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, no Município de Uberlândia, especificando se há, no planejamento de obras a serem executadas na rede estadual de ensino, previsão de ampliação e reforma dessa escola.

A seguir, é aprovado relatório de visita realizada à Escola Estadual Ordem e Progresso, dia 25/11/2015, que segue publicado após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Escola Estadual Ordem e Progresso – Belo Horizonte

Apresentação

A requerimento dos deputados Douglas Melo, Paulo Lamac e Sargento Rodrigues, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 25/11/2015, a Escola Estadual Ordem e Progresso a fim de verificar a situação da infraestrutura dessa unidade escolar, notadamente sua rede de energia elétrica.

Participaram da visita os deputados Paulo Lamac e Sargento Rodrigues, e a acompanharam o delegado Jorge Wagner Ribeiro Barbosa, da Academia de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Acadepol-MG; o delegado Aci Alves dos Santos, diretor da Escola Estadual Ordem e Progresso; o Ten. BM Júlio e o Sd. BM Paulo, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Webster Silvino de Oliveira, diretor educacional da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B, da Secretaria de Estado de Educação; e Luiz Henrique de Paula Ribeiro, engenheiro da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B.

Relato

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou a Escola Estadual Ordem e Progresso, no Município de Belo Horizonte, com o objetivo de verificar se a infraestrutura da escola é adequada para a oferta de turmas noturnas.

Atualmente a escola tem cinco turmas de ensino médio no turno noturno, ao passo que os turnos da manhã e da tarde contam com catorze turmas cada. A escola tem 1.194 alunos matriculados.

Durante a visita, os representantes da Polícia Civil explicaram que, embora a escola tenha passado por diversas obras de ampliação de sua estrutura física, a rede elétrica não sofreu alterações ao longo do tempo. Ainda que quedas de energia sejam raras na escola, perícia realizada por técnicos da Polícia Civil constatou que a rede elétrica da instituição de ensino estaria subdimensionada para a atual estrutura da escola. A reforma da rede foi orçada em R\$450.000,00.

Ainda em relação à rede elétrica, o deputado Paulo Lamac solicitou informações sobre a carga do padrão de energia do colégio. De acordo com o engenheiro da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B, Luiz Henrique Ribeiro, seria necessário consultar o projeto elétrico do colégio para ter acesso a essas informações. Ademais, foi acordado que a Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Educação – SEE – trabalharão conjuntamente para identificar e solucionar os eventuais problemas da rede elétrica, o que inclui o repasse da perícia realizada pela Polícia Civil à SEE.

Além da rede elétrica, merece destaque o fato de o laboratório de informática da escola, apesar de devidamente equipado, não estar aberto à utilização pelos alunos. Os representantes da Polícia Civil informaram que a abertura do laboratório depende da implantação da rede lógica pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da SEE.

Outro tema abordado durante a visita foi o uso do terreno vizinho à Escola Ordem e Progresso. O terreno foi cedido pelo Estado para a construção de uma unidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu –, mas até o momento não foi utilizado e está ocioso. Desse modo, a diretoria da escola solicitou a esta comissão que interceda junto ao Poder Executivo para que o terreno seja revertido ao patrimônio do Estado de Minas Gerais e utilizado para a ampliação das instalações da Escola Ordem e Progresso.

Conclusão

Sem análise mais criteriosa da rede elétrica da Escola Estadual Ordem e Progresso, não é possível ratificar o encerramento de suas turmas noturnas. Tendo em vista a excelência dessa instituição de ensino, sua infraestrutura superior à de muitas escolas públicas e o baixo número de alunos no turno noturno, julgamos viável a manutenção deste turno, ainda que com número reduzido de turmas. Isso se mostrou correto, de forma que, após profícuo trabalho desta comissão, decidiu-se pela abertura de quatro turmas no período noturno, em 2016.

Quanto ao aumento da oferta de vagas noturnas, é recomendável que, antes de abrir novas turmas, a Polícia Civil e a SEE atuem conjuntamente para identificar e solucionar eventuais problemas estruturais na escola.

Já em relação ao terreno vizinho à escola, esta comissão já encaminhou requerimento à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão solicitando informações sobre a possibilidade do terreno ser cedido à Polícia Civil para ampliação da Escola Ordem e Progresso.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Ivair Nogueira – Dalmo Ribeiro Silva – Professor Neivaldo.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 16/2/2016****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.845 a 2.847, 2.868 e 2.884/2015, do deputado Cabo Júlio; e 3.722/2016, do deputado Anselmo José Domingos.

Audiência pública para discutir denúncia em desfavor da delegada Cleide Oliveira Fiorillo, que responde pelos Municípios de Jequeri, Rio Casca e São Pedro dos Ferros, segundo a qual ela, sem comparecer à delegacia, liberou por telefone dois indivíduos presos em flagrante pela Polícia Militar, que voltaram a cometer delitos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 16/2/2016, às 15 e às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 3.173/2016, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2016.

Leonídio Bouças, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 11/2/2016, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.342/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens.

Do Sr. Joabe Pereira Coutrin, coordenador-geral de Gestão de Convênios do Ministério do Esporte, informando a celebração do convênio que menciona, entre esse ministério e a Unimontes. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Joselito Rodrigues de Castro, diretor executivo da concessionária Nascentes das Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 2.356/2015, do deputado Cássio Soares.



Do Sr. Leonardo Castro Maia, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.476/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens.

Do Sr. Luciano Luz Badini Martins, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.332/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens.

Da Sra. Luciene Eugenia da Silva, gerente-geral da Agência Santo Agostinho da CEF (5), informando a celebração de contratos de repasse de recursos que menciona, entre essa instituição financeira e o Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Nathália Rezende Pacheco, assessora da Secretaria de Governo da Prefeitura de Juiz de Fora, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 2.433/2015, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Roberto Rezende, corregedor da Guarda Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.825/2015, da Comissão de Direitos Humanos.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/2/2016

O deputado Carlos Pimenta* – Exmo. Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, por seu intermédio quero cumprimentar as deputadas e os deputados presentes, a imprensa mineira que cobre os trabalhos desta Casa, as pessoas que nos visitam e, de uma maneira muito especial, o povo do nosso estado. Quero aproveitar este tempo que tenho para levantar duas questões que acho extremamente importantes. A primeira questão, atendendo a um apelo, a uma solicitação de mais de mil pessoas – funcionários, cidadãos, cidadãs – que fizeram concurso para a Secretaria de Saúde em 2013, 2014, e essas pessoas não foram ainda atendidas em seus legítimos direitos. Aproveito a presença do deputado Arlen Santiago, presidente, e dos deputados Doutor Jean Freire e Glaycon Franco, membros da Comissão de Saúde, para dizer que tentamos de tudo. Fizemos uma audiência pública, marcamos até outra audiência na Comissão de Direitos Humanos. Está presente o deputado Cristiano Silveira, presidente da comissão. Fomos ao secretário, encaminhamos também os funcionários ao secretário de Planejamento, e até agora esses possíveis e futuros funcionários, se assim acontecer, trabalhadores do Estado de Minas Gerais, ainda não foram empossados no cargo, no concurso em que passaram e a que têm direito. Fico sem entender por que muitas vezes o cidadão é contratado sem concurso público e assume sem burocracia. Isso acontece no Estado; acontece aqui, nos gabinetes da Assembleia; acontece no governo federal; e sempre vemos o apelo pela realização dos concursos. Foi feito um concurso legítimo, promulgado; foi anunciado o número dos vencedores, das pessoas que tiveram êxito nesse concurso; e até hoje, passados quase dois anos, o tempo está expirando, e esses funcionários não foram contratados. Criaram um *site* com concursados da Secretaria de Saúde, fizeram movimentos, acredito que todos os deputados foram procurados pelos representantes dos concursados, e o governo não dá uma palavra de orientação. O Fausto, secretário de Saúde, que nos recebeu, também se encontra em silêncio. E o tempo vai passando, o tempo vai caminhando, e chegará um tempo em que eles perderão o direito de ocupar seus legítimos cargos.

Então, para que concurso? Por que muitas vezes vemos o Ministério Público fazendo os termos de ajuste, fazendo pressão pela realização de concurso, o concurso é feito e eles não são empossados? O pior de tudo é que a Secretaria de Saúde precisa de funcionários qualificados, preparados, para poder dar vazão aos trabalhos que precisam ser realizados pela pasta. Vemos a secretaria precisando de técnicos para a elaboração de convênios.

No final do ano passado foi um corre-corre, um deus nos acuda para que os convênios fossem elaborados, mas nem todos foram executados. A secretaria, com certeza, não cumpriu os 12% porque, no final de 2015, ainda faltavam ser



empenhados quase R\$2.000.000.000,00. Funcionários ficaram até altas horas da noite fazendo projetos, convênios, e seguramente a secretaria precisava desses funcionários.

Hoje quero fazer um apelo. Quero chamar atenção do governo de Minas, do governador Pimentel, um homem preparado, qualificado para o cargo, que já ocupou vários outros cargos importantes, de prefeito e de ministro, para que entenda a necessidade do governo do Estado de Minas e honre o concurso que foi feito, que foi autorizado e que mobilizou tantas pessoas. Imagine quantas pessoas se prepararam, gastaram seus recursos se preparando, fazendo algum tipo de curso, com aquela expectativa de ter acesso ao serviço público e agora se encontram nessa situação. E não é só na Secretaria de Saúde, não. Há pouco vi os fiscais da Secretaria de Fazenda que passaram no concurso e ainda não tomaram posse. Vi os técnicos e as pessoas que fizeram concurso na Polícia Civil e não tomaram posse. Então fico sem entender o porquê da realização desse concurso.

Ainda ontem, meu caro Rogério Correia, recebi os funcionários da Unimontes. O senhor lembra que temos um compromisso com os funcionários da Unimontes, aquelas pessoas que fizeram concurso e ainda não foram lotadas lá; pessoas da Lei nº 100, que, se precavendo, fizeram concurso muito antes de a Lei nº 100 tomar bomba no STF. Há um projeto de V. Exa. que pelo menos normatiza essa questão dos concursados da Unimontes. Até agora eles estão na expectativa e mandaram até um recado, um apelo a V. Exa. para que coloque o projeto em votação, que terá o apoio deste deputado e desta Casa. Tomara que o projeto de V. Exa. não seja um projeto para inglês ver, um projeto que foi criado, criou expectativa e não passou.

Queria aproveitar o apoio de V. Exa., que é um deputado que entende profundamente dessa questão do funcionalismo, dos concursados, para que nos ajude não só na Unimontes, mas também na questão dos concursados da Secretaria de Saúde, pois 1.200 fizeram a prova e passaram no concurso. Ora, se investiram, fizeram a prova, passaram e estão na expectativa de serem nomeados, ajude-nos a honrar o compromisso do Estado. Peço a V. Exa. que participe do nosso pronunciamento e nos dê uma luz sobre a questão da Unimontes, diga como está, o que podem esperar, o que precisam fazer para que sejam nomeados e tenham os direitos reconhecidos, porque muitos deles são mestres e doutores. Alguns deles foram nomeados, mas ainda não estão recebendo como mestres e doutores. Muita coisa precisa ser esclarecida, e muito apoio precisa ser dado à Unimontes e aos concursados da Secretaria de Saúde.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado, quero apenas parabenizar V. Exa. pela preocupação justa de estarmos com o quadro de servidores públicos bem arranjado, para que esses servidores prestem um serviço público de melhor qualidade, especialmente no setor da saúde e da educação.

O caso da Unimontes está em análise pelo governo, e estivemos lá. Os professores da Unimontes foram nomeados.

O deputado Carlos Pimenta* – Faltam 70 nomeações.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Portanto, a maioria foi nomeada. O caso que precisa de uma solução e está sendo estudado... Apresentei um projeto de lei e lhes disse claramente que esse projeto ajuda a pressionar o governo, porque V. Exa. sabe que não podemos criar, por nós mesmos, o cargo. Entretanto, isso pressiona o governo para que sejam criados. Além disso, não podemos criar carreira. O projeto de lei e a discussão que estão sendo colocados visam seja aproveitado o plano de carreira que tinham, enquanto ex-efetivos. O objetivo é que o plano de carreira seja incorporado na nova nomeação. Esse estudo jurídico que tem sido feito é um compromisso nosso com os trabalhadores da Unimontes. Em alguns casos, o governo automaticamente concedeu a eles aqueles outros benefícios que não dependiam de lei. Nesse caso, foi resolvido, mas falta ainda essa parte da carreira que tinham anteriormente, ou seja, falta definir se podemos ou não conceder uma carreira. Penso que isso é mais que justo porque, afinal de contas, eles trabalharam e tinham a carreira. Diante da interrupção, perderam a carreira. Serão nomeados agora no início. Acho justo fazermos o projeto de lei, que terá legalidade, para que tenham essa carreira em sequência.



Em relação aos servidores da saúde que fizeram concurso, tenho recebido inúmeros pedidos para que essa nomeação se dê mais rapidamente. Parece que o deputado Jean também tem notícias sobre isso. Ele está inscrito e poderá falar sobre o assunto. É claro que esse princípio do concurso realizado e de ser chamado é fundamental. Quanto à educação, já estou chamando os novos deputados e deputadas para ampliarmos a campanha para agilizar a nomeação de professores e trabalhadores da educação concursados, que agora serão designados, mas estarão nas escolas ansiosos pela ampliação da nomeação. Acho que 1.500 por mês, como tem sido feito, é pouco. Com certeza estaremos juntos nessa luta.

O deputado Carlos Pimenta* – Agradeço e espero que seu projeto tramite em regime de urgência. Temos visto tanta urgência desnecessária. Esse é um dos projetos que precisa do apoio de cada um de vocês.

Queria fazer a leitura de um *e-mail* que recebi de um funcionário do Estado que mostra sua angústia, agora no mês de fevereiro, por não receber os seus devidos salários. Ele mandou o seguinte *e-mail*: “Sr. Deputado Carlos Pimenta, sou funcionário público estadual há 22 anos. Procuo exercer minhas atividades com esmero, responsabilidade e muita dedicação. Durante todo este tempo, jamais tive qualquer fato que manchasse meu currículo ou fiz corpo mole nas minhas atividades laborais. O compromisso de trabalho que tenho é comigo mesmo. Já tive até propostas tentadoras de trabalhar na iniciativa privada, com melhores salários e valorização profissional, mas, nos momentos de decidir, optei por continuar a colaborar com o Estado, pois foi este mesmo Estado que investiu na formação profissional. Tenho comigo que cada um tem que participar para que possamos construir uma pátria melhor, e o começo de tudo isso ocorre na sua casa, nas escolas públicas e no seu local de trabalho. É duro assistir estarecido os sucessivos escândalos que chocam o povo brasileiro. São bilhões de reais desviados da saúde, da educação, da geração de empregos, do apoio à juventude, do lazer e do setor agropecuário, e nada podemos fazer. Agora vem o governo do Estado anunciar o parcelamento injusto e covarde dos nossos salários. O que recebo pode até ser pouco, mas é meu, é o sustento da minha família. Ninguém tem o direito de retê-lo. É intocável, é sagrado. Como vou arcar com minhas obrigações financeiras se não vou receber o que é devido? Como vou comprar o material escolar dos meus dois filhos? Como pagar compromissos como IPVA e IPTU, que retornam, em última análise, ao próprio governo? Com certeza a papelaria não irá pendurar minha conta. Com certeza a Cemig, a Copasa, a empresa de telefonia celular e outras não irão entender que o governo de Minas não me pagou a tempo e a hora. Será que o governo irá permitir que eu e milhares de outros trabalhadores possamos pagar assim que recebermos integralmente os nossos salários? Não é este mesmo governo, que retém nossos salários, o sócio majoritário dessas estatais? Recorro aos deputados para que se pronunciem e não permitam tamanha covardia contra aqueles que construíram este Estado e lutam por melhor qualidade do serviço público”. É um desabafo, e vi ontem uma manifestação da Polícia Militar. Quero até parabenizar o deputado Sargento Rodrigues pela garra, pela iniciativa, mas isso que acabei de ler aqui, Rodrigues, está no coração do funcionário público. Quem trabalha tem de receber. Ninguém é culpado dessa política equivocada do governo federal, que está quebrando os estados brasileiros, que está quebrando os municípios brasileiros.

Governador Pimentel, acho que o funcionário público – ou melhor, tenho certeza – não pode pagar a conta da irresponsabilidade do governo do PT, que tem arreventado, que tem dizimado a esperança do povo brasileiro. O senhor tem de cobrar é no Palácio, lá em Brasília, e não cobrar do suor dos trabalhadores que trabalharam tanto, que constroem e construíram este estado e precisam e merecem receber seus salários. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Sr. Presidente, caros colegas deputadas e deputados aqui presentes, senhores telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Primeiramente, presidente, gostaria de dar as boas-vindas a todos os deputados e deputadas. Espero que este ano seja muito produtivo, que possamos deixar mais de lado as discussões político-partidárias e ideológicas e que usemos este ambiente para fazer propostas e discutir ações que ajudem este estado e ajudem o Brasil a se desenvolver. Creio, presidente, que é isso que as pessoas que estão nos assistindo esperam de nós.



Antes de começar o assunto de que vim tratar, quero fazer coro à fala do companheiro deputado Carlos Pimenta, no que diz respeito a contratação. É sabido que a Comissão de Saúde já se reuniu algumas vezes, e me parece que hoje também esse assunto vai ser tratado com os concursados; apoiamos, sim, que os concursados sejam chamados. Gostaria de comunicar, deputado Carlos, que, no próximo dia 16, teremos uma reunião na Secretaria de Saúde para tratar desse assunto.

Presidente, caros amigos, com muita honra pertenço ao PT, ao qual sou filiado, e é o único partido a que fui filiado em toda a minha vida. Acho que a função dos deputados, independentemente de ser de governo ou de oposição, é colaborar. Uma oposição que trabalha de maneira séria, consistente, pode muito ajudar qualquer governo a melhorar, a andar mais, a governar este estado, a governar este país. Acho que isso é papel de todos nós. Não subo aqui para tecer críticas. Não é um discurso.

Há um ano exatamente, eu fazia nesta tribuna meu primeiro discurso, e quem estiver revendo esse discurso pode achar que vou dizer as mesmas coisas, porque os problemas que vou relatar continuam os mesmos, então o discurso vai ser não uma repetição, mas uma insistência, uma insistência de um deputado que representa este estado e que, sobretudo, defende e representa uma região que sempre ficou à mercê, uma região que menos se desenvolve neste estado. Isso é histórico.

Quero falar sobre o Vale do Jequitinhonha, o Mucuri e o Nordeste de Minas Gerais. Muitas vezes alguns até confundem e falam que somos do Norte: “Ah, vocês são do Norte, gosto muito do povo do Norte”. Eu também gosto, mas Jequitinhonha e Mucuri são Nordeste de Minas Gerais.

Já é esse o primeiro equívoco de alguns que não conhecem a região, o equívoco de muitos que lá só aparecem de quatro em quatro anos. Muito se falava que o desenvolvimento não acontecia por falta de representatividade política. É verdade, pois essas duas regiões sempre tiveram pouca representatividade; e o Vale do Jequitinhonha, então, nenhuma, nos últimos anos. Agora, ele tem representatividade. Sou o único deputado da região que lá mora e cria seus filhos e para lá retorna, fazendo um percurso de 750km toda semana – vou e volto toda semana. Digo e repito sempre para não esquecer das mazelas que aqui tratava há um ano e das quais agora trato novamente neste espaço.

Essa região já foi conhecida por sua produção de diamante, por sua produção de ouro, por ter uma das maiores dragas do Brasil, a Tijucana, tirando nossas riquezas e deixando a destruição, uma contaminação histórica no Rio Jequitinhonha. Ainda hoje há muita contaminação no que diz respeito, por exemplo, à plantação de eucalipto. Aviões espalham remédio nas plantações, e esse veneno desce para o lençol freático, para o rio; os peixes estão com tumores. Pode estar aí a explicação para isso. Como profissional da área de saúde, vimos notando que está aumentando o índice de neoplasias na população da região, e também a explicação pode vir daí. Não estou aqui fazendo acusações, mas pode ser isso.

No Vale do Jequitinhonha temos a represa de Irapé, que foi construída como sendo a redenção da região, mas isso não aconteceu, pois ela não levou sequer o asfalto para se chegar até lá. É considerada a mais alta do País. Já tivemos uma das cidades mais ricas do País na produção de ouro e diamante. Como já disse, temos a maior monocultura de eucaliptos da América Latina, entretanto temos o menor desenvolvimento.

Aquela região já está cansada de estudos, de diagnósticos. São vários os doutores que, a vida inteira, frequentaram o Vale para fazer estudos. Costumo sempre dizer que o povo do Vale está precisando estudar e não ser estudado. Se eu trazer aqui, presidente e caro companheiro Rogério Correia, as teses já desenvolvidas sobre a região, não haverá espaço para colocá-las, pois há muitos estudos feitos. E, muitas vezes, essas teses nem chegam até o povo.

Ontem ouvi aqui o companheiro Isauro Calais falar sobre a Zona da Mata, onde a chuva chegou em setembro trazendo destruição para alguns locais; e disse a ele que a chuva, no Jequitinhonha, chegou em janeiro. Lá somos acostumados a conviver com a seca por 11 meses e, quando muito, com um mês de chuva; temos uma alta concentração de chuva em pouco tempo.

Essa região convive com a seca, que no ano passado foi uma das maiores da história. Faltou água em Medina, que era abastecida por caminhão-pipa de Itaobim; faltou água na cidade de Rubim, em Santa Maria do Salto. Também faltou água em Chapada do Norte para o povo beber, mas não para plantar eucalipto. Existe lá uma represa maravilhosa para molhar o



eucalipto, mas não há água para beber. Na comunidade de Lelivéldia, onde caminhões-pipa molhavam estradas para caminhões de eucalipto passarem, não havia água para beber. Eu presenciei isso. Faltou água em muitas comunidades rurais de Itaobim e Araçuaí, em Rubelita, em Itinga, cidade que nem é margeada por um rio, e sim cortada. E isso não se deve à falta de chuva, mas sim à falta de gestão. Temos de questionar essa situação com o intuito de ajudar este estado a melhorar cada vez mais.

Eu presenciei há pouco uma conversa do companheiro Antônio Jorge, quando apresentava propostas ao secretário de Saúde. Isso é oposição consciente. Não basta chegar e atacar, atacar e não apresentar propostas. Todos nós aqui temos nossas oposições. Certamente, cada deputado tem sua oposição nas suas cidades, nas suas regiões. Mas ficamos tristes ao ouvir pessoas dizerem que sabem o que fazer e não querem ensinar. Vemos isso sendo postado em redes sociais. Todos os deputados enfrentam essa situação em suas bases, veem a oposição querendo cada vez mais o pior. Este deputado e muitos outros sempre responderão a essas paixões de ódio – porque isso também é um tipo de paixão, Rogério – com paixões de alegria, de amor, de contribuição, que é outro tipo de paixão da qual prefiro me alimentar.

A BR-367 apresenta uma situação histórica: ela foi idealizada e criada há mais de 60 anos pelo presidente JK. Aliás, este salão onde estamos leva o nome dele. Esse presidente da República também era do Vale do Jequitinhonha. Nós já tivemos presidente da República! Mas ainda somos a região que menos se desenvolve neste estado. Já estamos cansados de ouvir que a BR será asfaltada. Tenho 44 anos, cresci ouvindo que essa estrada seria asfaltada. Cada governo que entrava fazia uma promessa. Ela foi criada com o nome de estrada definitiva. Tenho medo de que ela fique definitivamente sem asfalto. Foi criada para unir o Nordeste mineiro ao Nordeste brasileiro, para unir duas cidades que são patrimônio histórico da humanidade: Diamantina e Porto Seguro. Ainda hoje temos um trecho de 200km sem asfalto, e a parte asfaltada está em péssimo estado de conservação.

Tive oportunidade agora, no recesso parlamentar, de conhecer o Nordeste brasileiro. Fui dirigindo para conhecê-lo. O percurso era de mais de 1.700km, e fiz questão de percorrê-lo dirigindo. Vi as transformações pelas quais o Nordeste brasileiro passou nos últimos tempos. Isso fica claro quando as pessoas da região falam. Não vi uma estrada sequer, de Olinda ao Vale do Jequitinhonha, com tamanho descaso. Não vi, presidente, uma estrada com tantos buracos e tantos acidentes. Ao entrar no Vale do Jequitinhonha, começavam os buracos da BR-116. A ponte de Itaobim, na semana passada, tinha um trânsito de mais de 5km de um lado e do outro. Havia caminhões de eucalipto, deputado Rogério, em cima da ponte, transportando, muitos certamente, além da carga permitida.

Sr. Presidente, quando chegamos aqui, pensamos que 15 minutos dariam para falar muitas coisas. Não falei a terça parte do que gostaria de dizer, mas queria convocar os caros colegas deputados, todos que tiveram votos naquela região, deputados estaduais e federais, a somarem força pela região. Agora que a chuva veio, não nos esqueçamos de que serão 11 meses de seca. Não podemos nos esquecer disso. Convido todos os prefeitos, todas as entidades, independentemente de sigla partidária, a juntarmos forças, presidente – já concluindo –, para lutar para que o Vale do Jequitinhonha não seja mais lembrado como o vale da miséria.

Certa vez perguntaram ao saudoso D. Enzo se o Vale era esquecido por Deus. Ele disse que era esquecido pelos homens. Que ninguém mais – para terminar de fato – ouse duvidar que o povo do Vale não quer que os outros falem por ele, não estou aqui falando por ele, quero que a voz dele seja ouvida.

Um abraço. Muito obrigado a todos os companheiros.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Celinho do Sinttrocel* – Caro deputado Hely Tarquínio, que preside esta reunião, caros deputados, caras deputadas, servidores da Assembleia, telespectadores e telespectadoras, boa tarde a todos.

Antes de entrar no tema que me traz aqui hoje, registro meu desejo de que os trabalhos legislativos nesta Casa em 2016 contribuam para melhorar a vida de nosso povo e promover a justiça social, sendo essa a nossa função maior.



As fragilidades geradas pela crise econômica mundial, que não tem perspectivas de solução a curto e médio prazos, parecem confirmar as previsões de que teremos uma década perdida. Os seus sintomas vão se deslocando por todo o planeta e cada vez se agravam mais. Em 2008 e 2009, o centro da crise foram os EUA, e, em 2011 e 2012, a Europa. Agora, desde 2014, a Rússia, o Brasil e a China.

Os efeitos da crise no País não foram piores até agora em função de uma intervenção forte do Estado e medidas econômicas anticíclicas, que, infelizmente, se esgotaram. A contração da economia mundial e a queda nos preços das *commodities* vêm aumentando os riscos para a economia nacional, que é excessivamente dependente do comércio exterior. Não há mais como negar, o Brasil vive uma recessão. E todas as previsões apontam para uma queda do PIB nos próximos anos. Não se vislumbra a retomada do desenvolvimento em curto prazo. Longe do oposicionismo fácil e de ocasião e, muitas vezes, irresponsável, o primeiro passo para superar dificuldades é reconhecer a gravidade e tomar medidas para sua contenção.

Apesar de todas as dificuldades, estamos enfrentando a crise. Entretanto, as medidas tomadas até aqui são tímidas e vêm fazendo da política de austeridade fiscal um fim em si mesma. Vale lembrar que qualquer ajuste de tipo fiscal exige custos crescentes para o setor produtivo e maior sofrimento para o conjunto das classes populares. Para reverter o quadro atual, o papel do Estado é determinante, imprescindível e insubstituível. Sem o fortalecimento do papel e das ações do Estado em todas as suas esferas – Executivo, Legislativo e Judiciário –, não teremos a retomada do crescimento econômico.

As repercussões da crise, em suas várias dimensões, atingem fortemente Minas Gerais, o poder público e nossa economia. E o que é pior: a situação aqui está agravada pelas condições herdadas pelo governador Fernando Pimentel. Um exemplo é a previsão do déficit de R\$8.900.000.000,00 no orçamento. Para ilustrar ainda mais o quadro de dificuldades, lembro que a indústria representa cerca de 29% do total do PIB mineiro – terceiro maior PIB industrial do Brasil – e 25,7% do total do emprego com carteira assinada.

Pois bem, em janeiro a indústria apresentou uma queda de 10,6% na comparação com o mesmo mês de 2014, segundo os números do IBGE. A situação dramática do Estado, expressa no déficit público e na realidade da indústria, tem repercussões na arrecadação do Estado e reflexos diretos nas contas públicas e na prestação de serviços. Nesse quadro, o Estado deve procurar responder à nova realidade e às dificuldades herdadas das más gestões dos governos passados. Porém, as necessárias adaptações, a redução de gastos e o aumento de receitas devem passar longe dos mais atingidos pela crise. A racionalização e, se for o caso, a redução de máquina pública não podem comprometer as ações do Estado e muito menos os seus servidores. Ao contrário, alguns setores têm de ser fortalecidos se quisermos avançar na luta contra as atuais dificuldades.

Como já dissemos, para tanto é fundamental a valorização, por exemplo, das empresas públicas. Entre elas aquelas com comprovada eficiência e dinamismo.

Para ficar em apenas um exemplo de empresa pública, deputado Geraldo Pimenta, que merece ser fortalecida, cito a Companhia Mineira de Promoções – Prominas. A Prominas é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Turismo. A empresa não só é autossuficiente financeiramente como traz recursos para Minas e empregos e ocupação para nossa gente. Em tempos de crise, é necessário incentivar e fazer crescer alternativas de desenvolvimento específicas, deputado Rogério Correia, como o turismo, segmento que recebe incentivo e tratamento diferenciado em todo o mundo. O turismo movimenta uma imensa cadeia produtiva que reúne milhares de empresas e profissionais de diversas áreas, como de transporte, de hotelaria, de alimentação, de lazer, de entretenimento, cultural, artesanal e industrial, entre outras. O momento é propício ao turismo. A proximidade de megaeventos internacionais e a supervalorização do dólar e de outras moedas favorece a vinda de estrangeiros e o turismo interno em nosso estado.

O deputado Geraldo Pimenta (em aparte) – Primeiramente, quero cumprimentá-lo e desejar boas-vindas não só ao senhor como a toda a Casa.



Quero, deputado, dizer que o grande economista Márcio Pochmann, neste momento, assim como você, como presidente da Comissão do Trabalho desta Casa, está muito preocupado com essa crise, com essa recessão econômica. Márcio Pochmann, que é professor da Unicamp, diz que quase oito anos após o seu começo, a crise capitalista de dimensão global segue sem saída à vista e que, portanto, o Brasil não pode abster-se de tomar decisões ousadas, mesmo que difíceis neste momento. Ele levanta a questão da repatriação dos US\$385.000.000,00 das reservas cambiais depositadas nos Estados Unidos para investir no mercado interno, com redução dos juros, investimentos no crédito, no mercado interno. Ele diz que é fundamental aumentar a renda nacional, seja pelo crédito, seja pelo gasto público, com a injeção de novos recursos. São saídas fundamentais neste momento. Não podemos nos abster de ousadia, como investir nos serviços. E aí você cita o turismo como uma cadeia fundamental para aquecer a economia neste momento.

O PCdoB dirige hoje a Secretaria de Turismo, está presente na Prominas. Consideramos fundamental, neste momento, aquecer esses setores porque Minas tem um patrimônio imenso propício a essa atividade.

Obrigado, deputado Celinho do Sinttrocel.

O deputado Celinho do Sinttrocel* – Obrigado. Não tenho dúvida nenhuma, deputado Geraldo Pimenta, dos números que V. Exa. apresenta. Mas, para se ter ideia da importância do segmento, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Eventos – Abeoc –, em 2013 a indústria de eventos movimentou R\$209.200.000,00, o que representa 4,32% do PIB nacional, e gerou 7.500.000 empregos e R\$48.700.000,00 em impostos. Sendo assim, deputado, é fundamental fortalecer a Secretaria de Turismo e o seu papel de elaboração e coordenação, bem como manter e ampliar a Prominas como um de seus braços executivos na promoção do Estado num plano nacional e internacional, a exemplo do que já fazem outras unidades da Federação.

Quanto aos servidores e seus direitos e salários, cito o posicionamento já publicado pela bancada do PCdoB: "Não podemos concordar em penalizar, com atraso e parcelamento de pagamento os servidores de Minas Gerais, sem amplo debate. Essa situação leva ao servidor uma grande insegurança e, conseqüentemente, mais desmotivação. Em hipótese alguma essa medida pode ser adotada como a primeira para o controle de um déficit. Defendemos o diálogo com toda a Minas Gerais, e que seja exercício cotidiano, diário e insubstituível neste governo. Acreditamos que a solução para um equilíbrio fiscal deva ser gestada de forma conjunta do governo com a sociedade, os sindicatos dos trabalhadores e toda a base parlamentar de governo, da qual fazemos parte".

Acredito e não mediremos esforços para apoiar e contribuir para o êxito do governador Fernando Pimentel. Sendo assim, sugiro um debate amplo e democrático, deputado Hely Tarquínio, a ser promovido por esta Casa, a fim de discutir propostas e alternativas para o enfrentamento da crise em nosso estado, conforme requerimento já encaminhado por mim a esta presidência.

Encerro, parafraseando o Prof. Márcio Pochmann, em recente entrevista ao jornal *Brasil de Fato*: "Insisto em que o Brasil e Minas Gerais não deveriam se abster de tomar posições ousadas para enfrentar e superar a crise atual". Essas foram as palavras do Prof. Márcio Pochmann.

Quero ainda, nestes poucos minutos que tenho para fazer uso desta tribuna, dizer que, diante de toda essa crise que estamos vivendo em nosso país, e não diferente no nosso estado de Minas Gerais, estamos buscando enfrentá-la de forma muito séria e responsável. Hoje estamos na expectativa de poder receber do governo federal boas decisões que estamos aguardando há muito tempo. O projeto do governo federal em torno da duplicação da BR-381 sofreu forte paralisação no último final de ano, com a redução, no orçamento da União, de R\$135.000.000,00 para R\$60.000.000,00.

Estamos hoje, por meio do Vale do Aço, com autoridades, prefeitos, buscando entendimento com o ministro dos Transportes e com o diretor-geral do PAC, do governo federal, para que possam colocar recursos suficientes para a não paralisação das obras de duplicação da BR-381. Essa reunião acontecerá agora, às 15h30min, em Brasília. Então quero deixar, mais uma vez, o nosso apoio. Não pude estar presente – convidado fui – em função de outros compromissos em Minas



Gerais, mas estamos representados por lideranças no Congresso, como os nossos deputados Wadson Ribeiro e Gabriel Guimarães, empenhados para que o governo possa fazer todos os esforços para não paralisar as obras da BR-381.

Por último, Sr. Presidente, faço um apelo ao diretor-geral do Dnit em relação à ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo, sobre o Rio Piracicaba, a qual se encontra interditada há quase quatro anos, com tantas promessas já feitas de que o edital de licitação seria publicado. Iniciadas as obras, fui agora informado pelo Dr. Adailton, diretor-geral do Dnit, que, no próximo dia 20 de março, esse edital será publicado e, conseqüentemente, a licitação poderá acontecer e as obras ainda terão início no primeiro semestre de 2016. Quero acreditar, mais uma vez, numa promessa do Dnit. Mas, se essa última promessa do Dnit, a publicação do edital até o dia 20 de março, não ocorrer, deveremos seguir outro caminho, porque as atitudes do Dnit de protelar e adiar essa decisão tão importante para o Vale do Aço não pode perdurar. Então deixo o meu último apelo para que o Dnit possa cumprir, mais uma vez, essa promessa e esse cronograma, com a publicação do edital de licitação da ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo, a qual se encontra interditada parcialmente há quase quatro anos.

Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Solicito ao deputado Celinho do Sinttrocel que formalize o seu requerimento e o encaminhe para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O deputado Antônio Jorge* – Sr. Presidente, caríssimos e raros pares, o que me traz à tribuna é uma preocupação recorrente como cidadão, como homem público e que também está na minha extensa agenda de servidor público na área de saúde. Trata-se do assunto da dengue, do *Aedes*, da febre *chikungunya*, do *zika vírus*. Temos 30 anos de epidemia, e crescente infestação do mosquito da dengue e do *Aedes* no País. Como todas as coisas transformadoras são sempre singelas, Einstein também proferiu uma equação muito singela sobre inovação que sempre admirei: se há um problema difícil de resolver e recorrente, a primeira atitude deve ser parar de fazer a mesma coisa. A inovação na agenda do combate ao *Aedes* é próxima de zero. O esforço que fazemos no País, com imenso sacrifício da sociedade e dos governos, tem sido reiteradamente mais do mesmo.

Fui gestor nessa difícil agenda. O deputado Doutor Jean Freire faz aqui um reconhecimento da nossa posição, sempre muito responsável, o reconhecimento de uma conversa que tive há pouco com o secretário Fausto. Temos cada vez mais agudizada a agenda partidária, os campos políticos, e todos sabem do meu posicionamento. Mas não consigo imaginar que nós, homens públicos, não tenhamos uma posição contributiva em relação aos problemas graves da sociedade. A questão da dengue não se resolverá com ações de governo, e não adianta transformarmos essa agenda em uma agenda fácil do ponto de vista político, pois ela é complexa. Tomei uma iniciativa que não foi formal, mas por meio de uma ligação telefônica. Quero deixar isso muito claro. Nessa tentativa de ser inovador para transformar, pois a agenda da dengue não se transforma, fizemos uma provocação ao Ministério da Saúde em 2013, quando houve aquela grande epidemia em Minas, que será superada neste ano em número de casos.

Quero saudar o pessoal da saúde que foi embora, trabalhadores concursados que buscam a sua efetivação, e chamar a atenção de todos, deputados e público que nos ouve, para o fato de que, no ano passado, houve quase 80 mortes pela dengue e quase 200 mil casos notificados. A despeito dessa enormidade de casos e dos esforços de todos, nesse janeiro já houve 15 vezes mais casos do que em janeiro do ano passado. Ou seja, realmente se aproxima uma agenda catastrófica para os brasileiros e mineiros. A dengue deve ser encarada como um problema da sociedade. Esse é outro erro recorrente daquele mais do mesmo. Parece que é a agenda da saúde que resolverá o problema da dengue; mas será uma agenda da sociedade. O governo sozinho não resolve, muito menos a área de saúde resolve. Isso, apesar dos gastos imensos, dos gastos de campanha, de toda a informação, pois não existe um cidadão que não saiba que deve tirar a água parada, colocar areia no vaso, mas não muda a atitude nem o status do problema.



Mas, como eu dizia, fizemos ao Ministério da Saúde uma provocação muito inovadora, que diz respeito à questão do larvicida, que é, deputada Ione Pinheiro, uma das poucas ações efetivas. Há um risco no uso do larvicida, que é o de desenvolver a resistência do mosquito, como vem acontecendo ao longo dos anos, mas a indústria vai se superando. Atualmente, o larvicida utilizado no combate à dengue não é tóxico ao ser humano nem gera dano ambiental. Não estou falando do fumacê, que é feito apenas para dar uma satisfação à sociedade e é muito pouco efetivo. Estou falando do larvicida, do pó, que deixa um efeito residual. Então, o larvicida que se joga em um ralo vai matar a larva e ter um efeito residual de quase 60 dias. É uma ação efetiva.

Mas hoje o larvicida só é utilizado pelas forças sanitárias: o agente de saúde e o Exército, quando convocado para cooperar. Acho que esse é um equívoco que o País tem de superar dada a dimensão agravada do problema que temos. Um agente militar convocado pelo Exército para ajudar no combate à dengue vai receber um treinamento de um ou dois dias, para aprender como fazer uma diluição, uma orientação e a verificação dos focos. Ora, o cidadão tem total condição de aprender isso por meio de campanhas na TV, um manual bem escrito ou uma cartilha inteligível e de boa comunicação. Então, por que não entregarmos os larvicidas nas residências? Essa é a provocação que o governo de Minas fez ao ministério à época, e que foi acolhida para estudo, mas obtive a resposta de que aquele não era o momento adequado, por causa do risco de desenvolver a resistência no mosquito. Vários epidemiologistas entendem que a resistência do mosquito ao inseticida aumenta exatamente porque a ação é contínua mas insuficiente para dar conta do problema. Mas estamos diante de um tiro de canhão!

Não vejo motivo para termos de ligar para o setor de saúde e esperar que o agente de saúde vá à nossa casa olhar os focos e colocar um pozinho diluído nos ambientes em que julgar necessário. Por que o cidadão não pode fazer isso? Nossa proposta, ousada à época e submetida a consulta do Ministério da Saúde, foi a de que fizéssemos uma grande ação nacional e estadual de esclarecimento, que os Correios se envolvessem, como órgão público, e colocássemos o larvicida e a cartilha em cada domicílio. Nessa campanha também podemos usar as nossas concessões de rádio e TV, que são nossas porque são públicas. Porque hoje, deputada Ione Pinheiro, ainda temos de lidar com isto: uma inserção de 30 segundos no horário nobre da TV fica em R\$300.000,00, que saem do Fundo Estadual de Saúde. Ou seja, temos uma concessão, que é pública, para empresas privadas, mas, quando precisamos falar ao público, ainda temos de pagar para fazer isso, e com recursos da Saúde, que já está com tanta escassez de recurso. Precisamos ter campanhas diferenciadas. Não basta mais comunicar, até porque todo mundo já sabe o que é a dengue.

Então, levamos o assunto do larvicida ao secretário Fausto, pois acho que é uma medida heroica e necessária envolver nessa questão a sociedade, e não só com informação, mas também com ferramenta para a guerra. Foi por isso, deputado Doutor Jean Freire, que tomamos essa liberdade. A contribuição será acatada ou não – essa é uma questão que depende do ministério.

O fato é que eu queria dizer da minha imensa preocupação com essa questão. Vamos imaginar que metade das 200 mil pessoas que tiveram dengue no ano passado estavam em idade economicamente ativa. Seriam 100 mil. Se multiplicarmos por, no mínimo, 15 dias de interrupção das suas atividades laborativas, seriam 1.500.000 dias parados na economia mineira. Isso só para falar do impacto na produção, sem considerar o impacto na assistência, o impacto no número de mortes e o impacto individual, que nunca é mensurado. Então, a dengue é seguramente o nosso maior problema, não só da área da saúde, mas de toda a sociedade neste momento. E realmente estamos perdendo a guerra – não temos de ter meias palavras em relação a esse assunto. Precisamos muito mais de inovação e investimentos por parte dos governos e de participação por parte da sociedade.

Nestes derradeiros minutos da minha intervenção, uso esta tribuna para tratar de outro assunto. Não vejo aqui o deputado Durval Ângelo ou o deputado Rogério Correia, mas quero reafirmar, como tenho dito aqui, que tenho me omitido de polêmicas na área da saúde, até por uma dimensão ética e porque acho que existe aí uma quarentena. Não é que eu deixe de contribuir – e está aí o exemplo –, mas a polêmica pela polêmica, principalmente quando vem eivada de subjetivações ou de



posições partidárias, não me motiva a entrar no debate. Quero assinalar a questão dos hospitais regionais, porque muita coisa tem sido dita de forma absolutamente distorcida sobre eles.

Há pouco o deputado Durval Ângelo se pronunciou por meio dos jornais sobre a questão da saúde. Não tenho reparos, mas uma visão distinta. É um posicionamento político-partidário. Não tenho reparos a fazer. Na questão dos hospitais regionais, é preciso prevalecer os fatos.

O deputado Rogério Correia, que está me ouvindo agora, seguramente participará a minha posição aos seus apoiadores, ao seu bloco de governo, ao seu bloco partidário. Primeiramente quero chamar atenção para isto: o hospital regional não é um programa. Não há essa ideia de que o governo passado começou um programa e o abandonou. Não há nada disso. Fomos começando, a partir de demandas postas pela realidade, a implantação da rede de urgência e emergência, ficando inequívoca a decisão de que tínhamos de ter hospitais âncoras na região, focados numa nova missão. São hospitais que nascem com grande capacidade de leitos intensivos para desempenharem um papel específico na atividade da rede de urgência e emergência. Assim aconteceu em Juiz de Fora, Valadares, Teófilo Otôni, Sete Lagoas e Divinópolis, onde há uma crise além da urgência, uma crise muito grande de abastecimento de insumos de saúde e leitos. Esses hospitais não têm o mesmo tempo e modelo de gestão. A realidade, em uns, colocou o Deop à frente; em outros, o próprio município fez as licitações por meio de convênios. Ou seja, fazer um julgamento e dizer que houve um programa interrompido já é um equívoco.

Há uma outra questão. O assunto foi apropriado na agenda político-eleitoral – isso faz parte do jogo –, mas vejam que com muito tom de crítica. Só que o próprio governo do PT, agora e desde que assumiu, reconhece que tem de concluí-los. Por quê? Porque a decisão do passado foi afetada. Se é verdade que perderam o ritmo de construção – aliás, é inequívoco que existem problemas fiscais no Estado de Minas Gerais que dificultam e dificultaram a conclusão desses hospitais –, é preciso salientar, deputada Marília, que o governo do PT, que hoje está à frente do governo de Minas Gerais, estava no Ministério da Saúde. O nosso PT de Minas Gerais, com seus briosos e qualificados quadros, estava no primeiro e segundo escalões do Ministério da Saúde. Pergunto: veio algum centavo da União nessa época para ajudar os hospitais regionais? Não. Talvez até uma razão dessas dificuldades concretas e verdadeiras da conclusão dos hospitais tenha sido a própria omissão do Ministério, que construiu mais de 70 hospitais pelo Brasil afora nos seus 12 anos de gestão, mas não enviou nenhum centavo sequer em Minas Gerais, com exceção do hospital de Uberlândia. Não fizemos disso uma agenda política até agora.

É preciso reconhecer o mérito da ação dos hospitais regionais. Além disso, que, em 2015, é capaz – já fiz o pedido e não fui respondido – de o governo estadual ter gastado mais em campanha publicitária dizendo que Pimentel retomou as obras dos hospitais regionais do que com recursos, de fato, para eles. Sete Lagoas, zero; Divinópolis, zero. O governador foi a Juiz de Fora pessoalmente e prometeu R\$5.000.000,00 por mês para acabar a obra, mas repassou R\$1.500.000,00, somente uma vez. Valadares e Teófilo Otôni, que largamos com 60% e 70% da obra concluída, também não receberam recurso. Quem está tocando lá é empreiteiro, no risco. Só que havia 300 trabalhadores em Valadares, e hoje são 40.

Qual é o problema disso, que a realidade impõe? O governo tem dificuldade. A crise fiscal não é só responsabilidade deste governo. Temos uma tragédia, a partir da política econômica federal, que afeta todos nós. No entanto, é preciso, no mínimo, a correção histórica e ética de pôr essa pauta dos hospitais regionais devidamente. Vamos nos desfazer do discurso político-partidário. Não na saúde. Temos visões de mundo diferentes, distintas, gestões, aspectos, nada disso me incomoda; mas torpedear a verdade, sem reconhecer aquilo que foi feito? Sabem por que o governo atual concluirá as obras? Porque começamos as obras, e concluirá as mesmas obras, porque o SUS é muito mais que esse ou aquele governo.

Já concluirei em um minuto, presidente. Diferentemente da maior parte das políticas públicas, a saúde tem um sistema de governança que perpassa, que vai além dos governos.

Temos instâncias deliberativas junto com os municípios, temos o Conselho Estadual de Saúde, que exerce um controle talvez o mais rígido de todas as políticas públicas. Aquilo que definimos num governo que vira política pública de saúde passa a ser política do SUS, e o SUS não é desse ou daquele governo.



Então, deputado Rogério Correia, por quem tenho estima, admiração e sempre carinho, e deputado Durval Ângelo, que cumpre o seu papel com muito brio, sempre admito, as diferenças partidárias e os juízos partidários não me incomodam, mas é preciso, no mínimo, que o juízo partidário, o juízo político, principalmente quando subjetivado por impressões pessoais, passe por alguma coisa, que é a decência da verdade. A verdade em relação aos hospitais regionais é que foram um acerto. A maior parte das obras está por ser concluída; são absolutamente factíveis e de fácil conclusão, e o governo estadual – aí não vou ajuizar valor – não fez o que devia em 2015: colocar o dinheiro. Está faltando? Então admita, mas pare com essa coisa da retomada.

É preciso que o governo coloque menos sua energia na propaganda política nessa agenda, mas dinheiro na conta dos municípios e do Deop; e que possamos todos festejar o feito, que não é desse ou daquele governo, mas da sociedade mineira: uma rede hospitalar decente como a população precisa. Obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Celise Laviola* – Gostaria de cumprimentar o presidente, deputado Hely Tarquínio, e todos os colegas aqui presentes, toda a galeria, os que nos acompanham.

“Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes o entregou por todos nós, como não nos dará também, com Ele, todas as coisas?” Romanos 8:32.

Primeiramente queria cumprimentar todos os colegas e dizer da alegria de estarmos aqui de volta reiniciando os nossos trabalhos; agradecer o companheirismo, a compreensão e os ensinamentos que tive de todos vocês no primeiro ano do meu mandato, e agradecer ao Senhor e a todos vocês a oportunidade de estar aqui continuando este trabalho.

Hoje gostaria de lembrar, mais uma vez – para que não fique esquecida, e não pode ficar, porque não parou –, a tragédia que tivemos em Mariana e que afetou toda a nossa região do Rio Doce. Fomos todos afetados com a tragédia de Mariana. Quero lembrar que a nossa comissão esteve nesta semana em Bento Rodrigues e encontramos lá, presidente, ainda, os restos. O nosso relator colheu em Mariana, em Bento Rodrigues, e está aqui, sujo pela lama. Tudo isso estava na rua e foi coletado lá. Está aqui um tênis. Vamos sujar um pouquinho aqui o Plenário, mas não tem problema porque a nossa população mineira está bem suja com essa questão ecológica. Temos aqui um prato, um cano e a válvula de um botijão de gás. Isso tudo foi colhido lá nessa última visita. Quer dizer, essas coisas ainda estão lá da mesma forma como ficaram.

Então nos vem aquela questão: o que está sendo feito? Ficamos aqui durante o recesso trabalhando e, apesar das críticas feitas na imprensa ao nosso relator, sabemos da presença dele, embora estivesse no recesso. Eu estava aqui fazendo todas as anotações e passando tudo em tempo real para ele sobre as nossas reuniões. Ficamos aqui durante todo o recesso com afinco, presentes, preocupados. Tenho uma preocupação muito real porque vivo na área atingida, lá no Médio Rio Doce. Tenho residência em Governador Valadares e represento todos os municípios daquela região onde passa o Rio Doce, onde fomos atingidos. Queremos uma resposta, não é, relator? Precisamos de uma resposta sobre o que está sendo feito realmente. É isso que a nossa comissão está querendo buscar, e não estamos encontrando uma resposta real. O que a empresa está fazendo? Como estamos minimizando esse impacto? Como estamos ajudando a população? O que está acontecendo para que isso seja minimizado? Para que não tenhamos um sentimento tão arraigado, tão severo com relação à empresa, precisamos ter uma resposta, precisamos ter atitudes concretas. Temos buscado isso, mas sinto que não estamos recebendo a resposta de que precisamos. Não estamos vendo a ação, o agir, o cuidado com a nossa população. No meu pedaço, particularmente, não estou vendo o cuidado com a nossa água, com o nosso rio. Precisamos das captações alternativas.

Faço aqui até um apelo, deputado Rogério Correia: que a Samarco tenha compreensão e nos dê as opções de captação alternativa; que tenhamos condições de cuidar do nosso Rio Doce, de recuperar o nosso Rio Doce. Esse é um problema que nos tem deixado realmente angustiados, apavorados. Peço, imploro isto: que a empresa tenha compreensão, ajude-nos e faça

com que a nossa população tenha esperança de recuperar o nosso rio. E que haja uma água de qualidade, com captações alternativas.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Quero parabenizar a deputada pela intervenção e agradecer pelo aparte. Acho muito importante a sua intervenção, como também a que foi feita pelo deputado Rogério Correia, relator da Comissão de Barragens. É uma comissão que tem recebido críticas por alguns órgãos da imprensa pelo papel que tem cumprido, mas tenho certeza, deputada Celise Laviola, que a população que está lá sofrendo porque não tem o peixe para pescar, porque o Rio Doce está contaminado, porque perdeu a casa, porque perdeu a história, está reconhecendo o trabalho dos deputados e deputadas desta Casa e sabe que pode contar conosco na defesa dos interesses, para não só ajudar a recuperar essa história, mas também recuperar direitos que são muito caros para essa população.

Quero aproveitar o aparte que foi concedido por V. Exa., deputada, para fazer uma denúncia que recebi e à qual dei encaminhamento nesta Casa, não só na Comissão de Meio Ambiente, como também registrando o requerimento no Plenário da Assembleia. Recebi a seguinte denúncia da Associação de Combate aos Poluentes do Estado de São Paulo: os resíduos tóxicos produzidos pela fábrica da Rhodia, em Cubatão, São Paulo, na década de 1960 e 1990, estão sendo transferidos para Minas Gerais. Também recebi uma denúncia da população de Sarzedo de que esses resíduos estão sendo incinerados em Sarzedo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Lembrando, deputada, que, além desses resíduos serem muito tóxicos, o transporte disso de São Paulo para Minas Gerais transfere um risco muito grande. Pode haver algum problema no transporte de lá para cá, além do processo de incineração.

Então entrei com um requerimento – peço só um pouco de tolerância, presidente –, não só solicitando informações à Secretaria de Meio Ambiente, mas também que seja suspensa a licença para fazer a incineração em Sarzedo, porque está sendo transferido para Minas Gerais aquilo que não foi aceito no Paraná, aquilo que não foi aceito em São Paulo. A incineração desses resíduos foi aceita em Minas Gerais, e estou querendo saber por quê; por que esse passivo ambiental e todo o risco desse passivo não foi aceito no Estado de São Paulo e foi aceito em Minas Gerais. Então estou solicitando à Secretaria de Meio Ambiente, deputada, que não corramos mais esse risco. Minas Gerais sofreu e está sofrendo muito com esse problema das mineradoras, e podemos ter um grave problema aqui, em Sarzedo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Obrigada pelo aparte.

A deputada Celise Laviola* – Gostaria de agradecer à deputada Marília e dizer que a sua preocupação se faz nossa também. Gostaríamos que trouxesse a resposta sobre esse requerimento, pois é uma preocupação. Aqui está a prova da falta de controle desse desastre que ocorreu em Mariana, a prova de que eles não eram avisados e de que saíram correndo. Havia celular jogado pelo chão, calçado de criança e prato. Aqui está a prova da correria que foi e de que não havia o sistema necessário para a segurança da população. Então, da mesma forma, nós nos fazemos solidários aqui, na região metropolitana, em relação à questão de Sarzedo. Esperamos que esse requerimento tenha uma resposta e que V. Exa. nos traga isso para que possamos acompanhar também.

Agradeço, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/2/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:



nomeando Alessandra Abreu Campos Gentil, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;
nomeando Helio Schueller Barboza Pereira da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 4/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 16/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/2/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de baterias e fones de ouvido para rádio comunicador.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 27/1/2016, na pág. 2, no ofício da Sra. Maria Thereza Rodrigues da Cunha, onde se lê:

“Requerimento nº 2.013/2015”, leia-se:

“Requerimento nº 213/2015”.